

**TERMO DE REFERÊNCIA****Nº05/2025****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Constitui o objeto do presente instrumento o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza e materiais de consumo, conforme especificações constantes na tabela abaixo, atendendo às necessidades da Administração Pública, nos termos, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE TOTAL	CATMAT
MATERIAL DESCARTÁVEL				
01	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE:150 ML, APLICAÇÃO: ÁGUA CX C/2500 UNIDADES	CAIXA	40	451994
02	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 200 ML, APLICAÇÃO: ÁGUA CAIXA C/2500 UNIDADES	CAIXA	01	332641
03	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 50 ML, APLICAÇÃO: café CAIXA C/2.500 UNIDADES	CAIXA	01	407784
04	COLHER DESCARTÁVEL DIÂMETRO: 3,3cm,Altura: 15,6cm,TRANSPARENTE e BRANCA,PACOTE COM 50 unidades.	PACOTE	74	339680
05	GARFO DESCARTÁVEL COMPRIMENTO: 12,5 cm,COR: TRANSPARENTE E BRANCO PCT COM 50 UNIDADES	PACOTE	74	304509
06	PRATO DESCARTÁVEL MÉDIO DIÂMETRO 15 CM,PROFUNDIDADE 1,5 CM FORMATO REDONDO COM 10 UNIDADES	PACOTE	36	372768
07	PRATO DESCARTÁVEL GRANDE DIÂMETRO 21 CM, TAMANHO 15 CM FORMATO REDONDO COM 10 UNIDADE	PACOTE	36	364463
08	SACO PLÁSTICO LIXO,MATERIAL:POLIETILENO,CAPACIDADE:60L,ESPESSURA:4 MICRA,COR:PRETA,REFORÇADO,APLICAÇÃO:RESIDUOCOMUNS DIVERSOS,PACOTE C/10 UNIDADE	PACOTE	352	626245
09	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE: 100 L, COR: PRETA, APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA, LARGURA: 80 CM, ALTURA: 100 CM PCT C/ 10 UN	PACOTE	282	626243
10	TOALHA DE PAPEL MATERIAL:100% FIBRA CELULOSE VIRGEM,TIPO DE FOLHA:INTERFOLHADA,COR BRANCA,APLICAÇÃO:EM TOALETES, CX C/ 2.000 UNIDADE	CAIXA	17	346297





11	SACO PLÁSTICO LIXO, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 200 L, COR: PRETA, 95X150CM PACOTE C/ 10 UNIDADE	PACOTE	40	615648
12	SACO PLÁSTICO LIXO, MATERIAL: PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL, CAPACIDADE: 15L, LARGURA: 39CM, ALTURA: 58CM APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO, PACOTE C/ 10 UNIDADE	PACOTE	125	403320
13	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL: ESPUMA, FORMATO: RETANGULAR, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL, COMPRIMENTO MÍNIMO: 120MM, LARGURA MÍNIMA: 80MM, PESO LIQ MÍNIMO: 25G, ESPESURA MÍNIMA: 40MM CAIXA C/25 UNIDADE	CAIXA	17	307511
14	FLANELA, MATERIAL: FLANELA, COMPRIMENTO: 55CM, LARGURA: 45 CM, COR: AMARELA	UNIDADE	70	318013
15	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL: LÃ DE AÇO CARBONO, FORMATO: RETANGULAR, APLICAÇÃO: UTENSÍLIOS E LIMPEZA EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, COMPRIMENTO MÍNIMO: 100 MM, LARGURA MÍNIMA: 50 MM EMBALAGEM C/ 8 UNIDADE	EMBALAGEM	236	373481
ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA	UND.	QUANTIDADE TOTAL	CATMAT
16	ÁGUA SANITÁRIA 1L, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO, COR: INCOLOR, TEOR CLORO ATIVO: VARIA DE 2 A 2,50%, DENSIDADE DE 1,20 A 1G/L, TIPO : COMUM CX C/12 UND.	CAIXA	207	624677
17	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, TIPO: ELITICO, APLICAÇÃO: LIMPEZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO: 70%, FRASCO 1L CAIXA C/12 UND	CAIXA	49	481012
18	ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, TIPO: ELITICO HIDRATADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GEL, CONCENTRAÇÃO: 70% FRASCO 500ML CX C/12 UNIDADE	CAIXA	41	429225
19	DESINFETANTE, COMPOSIÇÃO: À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, FORMA FÍSICA: AQUOSA CONCENTRADA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM AROMA CX C/06 UNIDADE 2 L	CAIXA	230	420084
20	DETERGENTE , APLICAÇÃO: LAVAGEM DE LOUÇA, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: PH 6,5 A 7,5 ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR CX C/ 24 UNIDADE (frasco de 500 mL)	CAIXA	22	449798
21	DETERGENTE LAVA LOUÇAS AROMA: NEUTRO, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO 5L CAIXA C/02 UNIDADE	CAIXA	41	620665
22	POLIDOR, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO: ÓXIDO DE ALUMÍNIO E ÁGUA DESTILADA 200ML	UNIDADE	65	485831
23	SABONETE LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO PERFUMADO, ACIDEZ: PH NEUTRO, APLICAÇÃO: ASSEPSIA DAS MÃOS, COMPOSIÇÃO: GLICERINA, AROMA: LAVANDA, 500ML, CAIXA C/06 UND	CAIXA	79	472873
24	RODO, MATERIAL CABO: MADEIRA, MATERIAL SUPORTE: POLIPROPILENO, COMPRIMENTO SUPORTE: 60CM, QUANTIDADE BORRACHAS: 2 UM, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: APROXIMADAMENTE 1,20M COM ROSCA CAIXA C/12 UNIDADE	CAIXA	28	620629
25	VASSOURA, MATERIAL: CERDAS, MATERIAL CEPA: PLÁSTICO, COMPRIMENTO CEPA: 15CM, COMPRIMENTO CERDAS: MÍNIMO 12CM, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL, CAIXA	CAIXA	42	312607





	C/10 UNIDADE			
26	VASSOURA, MATERIAL CERDAS:PIAÇAVA, MATERIAL CABO, MADEIRA PLASTIFICADO, MATERIAL CEPA: PLÁSTICO, APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL CAIXA C/10 UNIDADE	CAIXA	47	288895
27	PAPEL HIGIÊNICO, MATERIAL: CELULOSE VIRGEM, LARGURA: 10CM, QUANTIDADE FOLHAS: DUPLA, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: EXTRA LUXO FARDOS C/ 16 UNIDADE	FARDOS	197	626489
28	LUSTRADOR MÓVEIS, COMPONENTES: CERAS NATURAIS, AROMA: LAVANDA, APLICAÇÃO: MÓVEIS E SUPERFÍCIES LISAS. FRASCO 200ML CAIXA C/12 UNIDADE	CAIXA	15	226950
29	SABÃO EM PÓ, APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL, ASPECTO FÍSICO: PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BIODEGRADÁVEL 500G EMBALAGEM C/24 UNIDADE	PACOTE	37	324827
30	INSETICIDA 420 ml, TIPO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO	UNIDADE	42	484679
31	BALDE, MATERIAL: PLÁSTICO, TAMANHO: GRANDE, MATERIAL ALÇA: ARAME GALVANIZADO, CAPACIDADE: 15L, COR: NATURAL	UNIDADE	121	216085
32	PANO DE LIMPEZA, MATERIAL: 100% ALGODÃO, COMPRIMENTO: 40CM, LARGURA: 40CM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, APLICAÇÃO: LIMPEZA PESADA PACOTE C/ 05 UNIDADE	PACOTE	38	608446
33	PANO LIMPEZA, MATERIAL: 70% VISCOSE E 30% POLIÉSTER, COMPRIMENTO: 1M, LARGURA: 100CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTO GRAU DE ABSORÇÃO, APLICAÇÃO: USO GERAL, PACOTE C/ COM 5 UNIDADES	PACOTE	11	607141
34	LIMPA-VIDRO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO: ALQUIL BENZENO SULFONATO E ÁGUA, 500 ML CX COM 24UND	CAIXA	03	601034
35	DESODORIZADOR SANITÁRIO, COMPOSIÇÃO: DODECIL BENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTE E, ESSÊNCIA: VARIADO, ASPECTO FÍSICO: SÓLIDO CX C/12 UNIDADE	CAIXA	09	465064
36	PÁ COLETORA LIXO, MATERIAL COLETOR: PLÁSTICO, MATERIAL CABO: PLÁSTICO, COMPRIMENTO CABO: 80 CM	UNIDADE	127	416112
37	LUVA DE PROTEÇÃO, APLICAÇÃO: AGENTES QUÍMICOS, TIPO PUNHO: LONGO COM VIOLA, TAMANHO: VARIADOS	PAR	100	635813
38	PANO DE PRATO, MATERIAL: ALGODÃO, COMPRIMENTO 70 CM, LARGURA: 45CM COR: DIVERSAS ESTAMPAS PACOTE C/ 05 UNIDADE	PACOTE	07	433338
39	AROMATIZADOR 400 ml APRESENTAÇÃO: AEROSOL, APLICAÇÃO: AROMATIZADOR DE AMBIENTAL, CAIXA C/12 UNIDADE	CAIXA	12	327150
40	LIXEIRA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 12L, TIPO: COM TAMPA E PEDAL ACOPLADO, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO	UNIDADE	84	630819
ITEM	DESCRIÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE	UND.	QUANTIDADE TOTAL	CATMAT
41	PAPEL A4, MATERIAL: PAPEL ALCALINO, APLICAÇÃO: IMPRESSORA LASER E JATO DE TINTA, GRAMATURA: 75 G/M2, COR: BRANCA RESMA COM 500 FOLHAS, CX C/10 UND	CAIXA	39	13871





42	PILHA RECARREGAVEL, TAMANHO PILHA: PEQUENA, MODELO: Aa, SISTEMA ELETROQUÍMICO: NÍQUEL METAL HIDRETO (NI-MH), CAPACIDADE NOMINAL: 2600 MAH, TENSÃO NOMINAL: 1,2 V -- PCT COM 2 UND	EMBALAGEM	84	424671
43	PILHA RECARREGAVEL, TAMANHO PILHA: PALITO, MODELO: AAA, APLICAÇÃO: EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, SISTEMA ELETROQUÍMICO: NÍQUEL METAL HIDRETO (NI-MH), CAPACIDADE NOMINAL: 800 MAH, TENSÃO NOMINAL: 1,2 V -- EMB COM 2 UND	EMBALAGEM	73	458335
44	PAPEL A3 O tamanho da folha A3. MATERIAL: PAPEL ALCALINO, APLICAÇÃO: IMPRESSORA JATO DE TINTA, COR: BRANCA, 297X420MM, CAIXA COM 05 UND.	CAIXA	01	13872
45	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO: MADEIRA,, FORMATO CORPO: SEXTAVADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM BORRACHA APAGADORA, MATERIAL CARGA: GRAFITE, CAIXA COM 144 UND.	CAIXA	03	470281
46	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL: ACRILICO TRANSPARENTE, MATERIAL PONTA: NIQUEL, TIPO ESCRITA: MÉDIA, COR TINTA: AZUL, CAIXA COM 50 UND.	CAIXA	06	417060
47	CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL: ACRILICO TRANSPARENTE, MATERIAL PONTA: ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA: FINA, COR TINTA: PRETA CAIXA COM 50 UND.	CAIXA	05	432816
48	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA: FELTRO, COR TINTA: VARIADA CAIXA C/12 UNIDADE	CAIXA	04	269693
49	PINCEL QUADRO BRANCA MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA: REGARREGÁVEL, COR: DIVERSAS CX C/12 UND	CAIXA	04	629410
50	COLA, COMPOSIÇÃO: BASE ÁGUA, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: PAPEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VAL MINIMA 12 MESES C/ SELO DO INMETRO, TIPO LIQUIDO, APRESENTAÇÃO ;90G	UNIDADE	39	622132
51	FITA ADESIVA MATERIAL: CREPE, TIPO: ADESIVA FITA KRAFT CREPADO, 45X50.	UNIDADE	27	481470
52	FITA ADESIVA MATERIAL: ADESIVO ACRILICO, COR: INCOLOR; LARGURA: 19MM COMPRIMENTO: 20M	UNIDADE	37	438375
53	FITA ADESIVA, MATERIAL: POLIPROPILENO, TIPO: DUREX, LARGURA: 12 MM, COMPRIMENTO: 30M COR: TRANSPARENTE PACOTE C/ 06 UNIDADE	PACOTE	05	626116
54	MARCA TEXTO PONTA CHANFRADA FLEXIVEL, 4 CORES AMARELO, ROSA, LILÁS, TURQUESA CX 24 UNIDADE	CAIXA	05	486374
55	BLOCO RECADO, MATERIAL: PAPEL, COR: VARIADA, LARGURA 76MM, COMPRIMENTO: 102MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTO-ADESIVO QUANTIDADES DE FOLHAS 100 UNIDADE, PACOTE C/04 UNIDADES	PACOTE	35	626162
56	TESOURA, MATERIAL: LÂMINA DE AÇO, COMPRIMENTO: 275MM, APLICAÇÃO: MULTIUSO, TAMANHO: 105MM	UNIDADE	12	624252
57	LIVRO ATA, MATERIAL: OFF-SET BRANCO, QUANTIDADE FOLHAS: 100 UN, VARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CAPA DURA NA COR PRETA, NUMERADAS E PAUTADAS	UNIDADE	07	469001
58	ENVELOPE, MATERIAL: KRAFT, MODELO: OFICIO, COR: PARDA, TAMANHO: (C X L) : 240 X 340 MM CX C/100 UNIDADE	CAIXA	05	626114





59	PRANCHETA POTÁTIL,MATERIAL:ACRILICO TRANSPARENTE,COR:CRISTAL,CARACTERISTICAS ADICIONAIS:COM PEGADOR METALICO CX C/ 50 UNIDADE	CAIXA	01	439975
60	CLIQUE,TRATAMENTO SUPERFICIAL:GALVANIZADO,TAMANHO:6/0 MATERIAL:METAL,FORMATO:TRANÇADO CAIXA C/ 100 UNIDADE	CAIXA	18	432338
61	CLIQUE,TRATAMENTO SUPERFICIAL:GALVANIZADO,TAMANHO:4/0 MATERIAL:METAL,FORMATO:TRANÇADO CAIXA C/ 100 UNIDADE	CAIXA	19	432336
62	GRAMPO GRAMPEADOR,MATERIAL:METAL,TRATAMENTO SUPERFICIAL:GAVALNIZADO/COBREADO,TAMANHO: 26/6 CX C/5000 UNIDADE	CAIXA	18	425226
63	GRAMPEADOR,TRATAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA,MATERIAL:METAL,TIPO:MESA,CAPACIDADE:25 FL,TAMANHO GRAMPO:26/6	UNIDADE	13	329985
64	CAIXA ARQUIVO MATERIAL:PLÁSTICO POLIONDA,COR:VERDE,DIMENSÃO (C X L X A) 360X130X250MM CAIXA C/ 50 UNIDADE	UNIDADE	01	625317
65	PASTA DOCUMENTO ,MATERIAL:PLÁSTICO,TIPO COM ELÁSTICO,FORMATO OFÍCIO/A4.EMBALAGEM PACOTE C/10 UNIDADE	PACOTE	01	150269
65	FITA ADESIVA,MATERIAL:POLIPROPILENO,LARGURA:45MM,COMPRI MENTO:40M	UNIDADE	25	481050
67	RÉGUA ESCRITÓRIO,MATERIAL:ACRILICO,COMPRIENTO:30CM,COR:C RISTAL:TIPO MATERIAL:RÍGIDO	UNIDADE	17	313142
68	COLA ,COMPOSIÇÃO:ACETATO DE POLIVINILA,ÁGUA E ÁLCOOL POLIVINILICO,COR:BRANCA,TUBOS90G.APLICAÇÃO:PAPEL,TIPO:L IQUIDO	UNIDADE	08	379293
69	COLA ,COMPOSIÇÃO:SILICONE,COR:INCOLO,CARACTERISTICAS ADICIONAIS:FRASCO 100 ML,TIPO:LIQUIDO CX C/ 06 UNIDADE	CAIXA	02	629031
70	COLA COMPOSIÇÃO:CIANIACRILATO,COR:INCOLOR,APLICAÇÃO:BORR ACHA E MADEIRA.TIPO:INSTANTÂNEA,BISNAGA 20G	UNIDADE	04	281641
71	PAPEL CARTOLINA,MATERIAL:CELULOSE VEGETAL,COR:VARIAS CORES,CARACTERISTICAS ADICIONAIS; PACOTE C/100 FOLHAS	PACOTE	01	624250
72	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60CM, LARGURA 40CM, ESPESSURA 2MM, PADRAO LISO COR VARIADA.	UNIDADE	100	467691
73	TINTA GUACHE,COMPOSIÇÃO:RESINA VINICULA/ÁGUA/PIGMENTO/CARGAS E CONSERVANTES,COR:DIVERSAS,CARACTERISTICAS ADICIONAIS:CONJUNTO C/ 06 FRASCOS DE 15ML CADA	CAIXA	10	375733
74	PINCEL DESENHO: MATERIAL CABO:MADEIRA,TIPO PONTA:REDONDO,MATERIAL CERDA: SINTÉTICA,TAMANHO:06	UNIDADE	20	445059
75	PINCEL DESENHO MATERIAL CABO:MADEIRA,TIPO DE PONTA:REDONDO,MATERIAL CERDA:SINTETICA,TAMANHO:14	UNIDADE	20	445056
76	PISTOLA APLICADORA,TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V,POTÊNCIA:5.000N,APLICAÇÃO:REVESTIDORA HI-COATER VHC-60	UNIDADE	12	612735
77	COLA,COMPOSIÇÃO:SILICONE,COR:INCOLOR,APLICAÇÃO:PISTO LA QUENTE,TIPO:BASTÃO FINA,CARACTERISTICAS ADICIONAIS:COM 8MM DE DIÂMENTRO E 100MM DE COMPRIMENTO PACOTE C/10 UNIDADE	PACOTE	20	439982



1.2. Os bens objeto desta contratação, referentes ao fornecimento de materiais de limpeza e materiais de consumo, são caracterizados como bens comuns, uma vez que possuem padrões usuais de mercado e especificações objetivamente definidas, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados para o fornecimento de materiais de limpeza e materiais de consumo, encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que constitui apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, conforme informações básicas constantes neste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da ordem de compra e empenho, em remessa única.

4.2. A entrega do material deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Administração, Rua Luiz de Souza Miranda Nº233 Centro – Guamaré/RN- CEP nº 59.598-000, no período das 07h às 13h de segunda a quinta, das 07h às 12h sexta-feira.

4.3. O prazo da garantia é o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

5.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

5.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

5.14. Cabe ao gestor do contrato

5.15. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.16. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

5.17. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.18. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu



desempenho na execução 5.19. contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.20. omar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.21. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.22. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multa:
- e) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias.
- f) Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- g) O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- h) Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,05% (cinco centésimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
- i) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,05% (cinco centésimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.





- j) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de de **0,05% (cinco centésimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
 - k) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de de **0,05% (cinco centésimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
 - l) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de de **0,05% (cinco centésimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]
 - m) A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
 - n) Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
 - o) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - p) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
 - q) A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez dias a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - r) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 - s) Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
 - t) Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 6.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, *serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.*
- 6.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 6.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 6.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.





6.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

7.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) 7.14 os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) 7.15 o período respectivo de execução do contrato;
- e) 7.16 o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.16 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.17 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22 O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez)** dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.23 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

7.28 No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.29 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.30 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.31 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.33 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.34 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO** sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

8.2 A utilização do método de seleção por **grupo de itens**, justifica-se diante da natureza semelhante ou da relação que guardam entre si os itens no mix de produtos/serviços a serem adquiridos, a utilização

de grupo no processo licitatório mostra-se viável à Administração e não demonstra prejuízo na perda de economia de escala, bem como não impede a ampla participação de licitantes para cada segmento agrupado, uma vez que os potenciais licitantes de cada grupo não são excludentes entre si, além da especialidade em cada segmento agrupado ser mais benéfico para Administração na garantia do fornecimento e de oferta de produtos/serviços que atendam as especificações.

8.3 A licitação, para a contratação de que trata o objeto do Termo de Referência, em **grupo de itens e Itens** justifica-se, ainda, pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderão implicar a descontinuidade da padronização e atrasos na execução do serviço, o que implicaria na ingerência do serviço.

Forma de fornecimento

8.4 O fornecimento do objeto será na **FORMA PARCELADA** de acordo a necessidade da Administração.

Exigências de habilitação

8.5 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.11 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.13 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.14 **Ato de autorização** para o exercício da atividade do fornecimento de **gêneros alimentícios**, quando a atividade contratada estiver sujeita a autorização, expedido por órgão competente, nos termos da legislação aplicável.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

8.23 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.24 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.25 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois)** anos;

8.27 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

8.29 Por se tratar de fornecimento de bem, nos termos do previsto do art. 67, II da Lei 14.133/21, não será exigido atestado de capacidade técnica.

Disposições gerais sobre habilitação

8.30 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.31 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.32 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.33 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.34 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 custo estimado da contratação será aquele informado no Mapa de pesquisa Mercadológica e consolidado no anexo de preços, após realização de pesquisa mercadológica pela Central de Compras.

9.2 Para esse caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.6 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A presente licitação será somente de **Registrar Preços de Mercado**, para futura e eventual contratação, sem a necessidade de reserva orçamentária.

10.2 No momento da emissão da **Nota de Empenho**, as despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos provenientes do **Tesouro Municipal (Recurso Municipal)**, **Estadual** e/ou **Federal**.



11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Guamaré / RN, 08 de Abril 2026

Jôse Kelly Gomes Cândido Câmara
Assessora técnica

Deyvid Samuel Soares da Silva
Secretário Municipal de Administração

Gua
maré

